

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

JÉSSICA CARONILDA ALMEIDA DE MATOS

**INFLUÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR EM ANGOLA COMO
SOLUÇÃO ALTERNATIVA DE COMBATE AS DESIGUALDADES SOCIAIS: O
CASO DA ASSOCIAÇÃO KAMBA SOLIDÁRIO**

CRICIÚMA

2018

JÉSSICA CARONILDA ALMEIDA DE MATOS

**INFLUÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR EM ANGOLA COMO
SOLUÇÃO ALTERNATIVA DE COMBATE AS DESIGUALDADES SOCIAIS: O
CASO DA ASSOCIAÇÃO KAMBA SOLIDÁRIO**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de bacharel no curso de Ciências Econômicas da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Melissa Watanabe

CRICIÚMA

2018

JÉSSICA CARONILDA ALMEIDA DE MATOS

**INFLUÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR EM ANGOLA COMO
SOLUÇÃO ALTERNATIVA DE COMBATE AS DESIGUALDADES SOCIAIS: O
CASO DA ASSOCIAÇÃO KAMBA SOLIDÁRIO**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado
pela Banca Examinadora para obtenção do
Grau de bacharel, no Curso de Ciências
Econômicas da Universidade do Extremo Sul
Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa
em Empreendedorismo

Criciúma, 25 de junho de 2018. (data da defesa)

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Melissa Watanabe – Doutora- PPGDS/UNESC - Orientadora

Prof. Alex Sander Bristot de Oliveira-Mestrando- Economia/UNESC

Prof. Miguelangelo Gianezini -Doutor - PPGDS/UNESC

Dedico este trabalho aos meus pais, Feliciano
Lopes de Almeida e Jaime de Oliveira
Guerreiro de Matos, obrigada por tudo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me permitir viver e aprender, testificando sempre a sua existência em minha vida.

Agradeço a minha família, em especial aos meus pais, Feliciano e Jaime por sempre investirem em mim em todos os aspectos, e me terem dado o maior presente que me poderiam dar, a educação. Agradeço porque em nenhum momento mediram esforços para poder me apoiar em minhas decisões e me orientar em meu percurso de vida.

Agradeço também a minha orientadora, Dr^a Melissa Watanabe, a quem revelo minha grande admiração, por tudo que fez e pela paciência que teve comigo, que me fez ter a convicção de que eu não poderia ter escolhido melhor mentora para a consolidação desse projeto. A todos os professores em geral, agradeço por me permitirem beber do seu conhecimento, em especial aos professores da disciplina, Amauri e Giovana.

A associação *Kamba* solidário por ter mostrado sempre a disponibilidade de ajudar, na realização desse trabalho.

Ao grupo GIEES e todos os membros integrantes, grupo de pesquisa de excelência que me recebeu e me proporcionou crescimento e muito conhecimento.

Aos meus amigos e manos, companheiros de batalha, obrigada por trilharem comigo este caminho.

O meu muito obrigada, a todos.

“O desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhoria da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. ”

Amartya Sen

RESUMO

Angola é um país da África Subsaariana, que apresenta um quadro de desigualdades sociais muito grande, e se posiciona com desenvolvimento baixo nos rankings de desenvolvimento mundial. A guerra civil que assolou o país contribuiu para o atraso no desenvolvimento deste, fazendo com que a economia só começasse a se desenvolver no período do pós-guerra como consequência da conquista da paz, dando assim, um avanço significativo nos índices sociais. Sob essa perspectiva parte-se do princípio de que as organizações não governamentais em Angola como membros da sociedade civil têm tido um papel fundamental na redução do quadro das desigualdades do país em causa. Este trabalho tem o objetivo de demonstrar como uma organização não governamental do terceiro setor localizada em Angola, atua no sentido de tentar reduzir o quadro de desigualdades existentes em Angola. Tem na sua metodologia a abordagem qualitativa e o auxílio da quantitativa, sob esta ótica, está a verificação da forma de atuação da associação *Kamba* solidário como um caso específico. Trata-se de uma organização não governamental, que surgiu com o intuito primordial de fazer filantropia social. Nos seus 6 anos de atuação, a organização tem na sua base vários projetos com os quais trabalham diretamente na pretensão de reduzir demandas sociais em algumas localidades de Angola. Ressalta-se neste estudo que se faz relevante o reconhecimento da atuação desta organização segundo a legislação Angolana, que regulamenta a atuação das ONGS, o que não se verifica, e torna-se assim curiosa a própria participação do estado no auxílio aos projetos dessa associação, por meio do ministério da assistência e reinserção social (Minars).

Palavras-chave: Pobreza. Reinserção social. Organizações não governamentais.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa político de Angola.....	19
Figura 2 – Projeto Kuelela- Associação Kamba Solidário	45
Figura 3 - Projeto Relâmpago	47

LISTA DE TABELAS

Tabela 1– IDH e Coeficiente de Gini em Angola no ano de 2015	21
Tabela 2 - Dados de Angola referente ao Aspecto econômico e social de Angola no ano de 2015	22
Tabela 3 – Indicadores de educação e ensino e indicadores de Angola.....	25
Tabela 4– Indicadores de alfabetização de Angola.....	25

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Relação beneficiados/ Anos de atuação.....	47
Gráfico 2 - Principais projetos realizados em cada ano	48

LISTA DE QUADRO

Quadro 1 - Domínio das atividades das ONG's	44
---------------------------------------------------	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AKS	Associação Kamba solidário
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPROCAC	Instituto de Promoção e Ajuda as comunidades
MINARS	Ministério da Assistência e Reinserção Social
MPLA	Movimento popular de libertação de Angola
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não governamental
OTS	Organização do Terceiro Setor
PMC	Prefeitura Municipal de Criciúma
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UNITA	União Nacional de Libertação de Angola

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1 TERCEIRO SETOR	14
2.2 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA EM ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR	17
3 CARACTERIZAÇÃO DE ANGOLA	19
3.1 PRINCIPAIS INDICADORES SOCIAIS ANGOLANOS	20
3.2 O TERCEIRO SETOR EM ANGOLA	25
3.2.1 A sociedade civil e o surgimento das primeiras ONGs em Angola	28
3.2.1.1 Órgão regulador do terceiro setor em Angola	30
3.2.1.1.1 <i>Legislação vigente sobre as ONG's em Angola</i>	32
4 METODOLOGIA	37
5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	39
5.1 A ASSOCIAÇÃO <i>KAMBA SOLIDÁRIO</i>	39
5.1.1 Principais Projetos e Formas de Atuação	40
5.2 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA NA ASSOCIAÇÃO <i>KAMBA SOLIDÁRIO</i> ..	43
5.2.1 Principais resultados obtidos pela AKS	44
6 CONCLUSÃO	49
REFERÊNCIAS	51
ANEXO(S)	54
ANEXO A – PRINCIPAIS RESULTADOS DA ASSOCIAÇÃO <i>KAMBA SOLIDÁRIO</i>	55

1 INTRODUÇÃO

Na visão de Amartya Sen (2000) a liberdade pode claramente ser vista como oportunidade, liberdade essa que ocasiona a posição do indivíduo como um ser em desenvolvimento. O indivíduo se constitui originalmente diante de uma sociedade, a qual é redigida por um sistema de governo ou Estado. O Estado se revela em algumas instâncias insuficiente a proporcionar “liberdades” objetivas e subjetivas para este mesmo indivíduo, revelando assim as mais variadas fragilidades.

O terceiro setor abrange e faz parte de uma forma de organização existentes nas sociedades atuais. Assim, a necessidade de estudos referentes às organizações da sociedade civil em um país em desenvolvimento da África subsaariana, faz enfatizar o pensamento de Amartya Sen que trata a pobreza como a privação de liberdade, partindo do princípio de que a privação de capacidades elementares pode refletir-se em morte prematura, subnutrição significativa, morbidez persistente, analfabetismo muito disseminado e outras deficiências (SEN, 2000).

Vale ressaltar já neste capítulo a inexistência da utilização da terminologia “terceiro setor” em Angola, porém, é notório o quadro de desigualdades sociais existentes no referido país, o que acaba evidenciando a participação de organizações da sociedade civil para suprir algumas destas desigualdades sociais, especificamente a atuação de várias Organizações não governamentais (ONGs), tanto nacionais como internacionais, com finalidade humanitária, e de certo modo será referido “terceiro setor” no sentido de sinonímia das palavras e por casos semelhantes em estudos verificados.

Observa-se a necessidade da abordagem deste tema, pois a estrutura governamental do Estado Angolano não consegue cobrir a demanda de certos setores da sociedade e, dando ênfase ao facto de ser um país que passou recentemente por um período de guerra civil, a construção da sociedade é um fator emergente.

Para tal, há a necessidade de se estudar várias formas de organização, entre as quais o terceiro setor, que entra como uma forma de buscar soluções de lacunas encobertas pelo Estado de Angola e abrangendo também o que não desperta o interesse do setor privado. Diante do contexto exposto, este trabalho se pretende responder a seguinte pergunta de pesquisa: Como é que a organização social

*Kamba*¹ solidário se propõe a reduzir o quadro de desigualdades existentes na localidade em que está inserida?

Para responder a essa pergunta surgem os objetivos dos quais o objetivo geral centra em:

Descrever como uma organização social, na sua forma de atuação contribui para a redução das assimetrias sociais existentes na localidade em que está inserida, reduzindo assim o quadro de desigualdades sociais existentes em Angola. Partindo para isso como objeto de estudo o caso da Associação *Kamba* Solidário, que é uma organização não governamental.

Para dar auxílio ao objetivo geral, surge a necessidade de apontar os seguintes objetivos específicos:

- a) Evidenciar os principais índices de desigualdades sociais em Angola;
- b) Descrever a história e surgimento das organizações não governamentais em Angola;
- c) Pontuar as questões da legislação vigente sobre as organizações não governamentais, evidenciando a sua forma de atuação;
- d) Descrever a Associação *Kamba* Solidário, bem como a sua trajetória e perfil de atuação.

Nesse contexto, surge a necessidade de estudo sobre terceiro setor em Angola, especificamente organizações não governamentais (ONGs), muitas vezes com o alvo filantrópico, e com a necessidade de resolver os desafios sociais e econômicos. Vale ressaltar que não é possível analisar a criação e a atuação das ONGs de forma desarticulada dos contextos geográficos a qual estão inseridas. Para além dos problemas sociais, está a própria finalidade humanitária, que atua de modo prioritário na qualidade de vida das pessoas carentes.

[...] o "terceiro setor" é composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não-governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil (FERNANDES, 1997, p.27).

¹ Kamba: Dialeto Angolano originário dos povos Ambundos significa "AMIGO" em Português.

As organizações não governamentais precisam manter uma estrutura organizacional sólida para poder atender às questões de necessidades sociais. Portanto, são importantes investigações voltadas a temática em questão para ampliação do conhecimento nessa área, e maior visibilidade sobre o conceito do terceiro setor e a sua emergente atuação em sociedades em via de desenvolvimento, como o caso de Angola. Uma das principais questões que também se pretende analisar com essa pesquisa é, como essas instituições se mantêm e como funciona o sistema de captação de recursos para as mesmas, conseqüentemente, verificar a sua forma de atuação e resultados, de como elas alcançam a sua sustentabilidade financeira, para poder então cobrir as demandas que os outros setores não atendem. Assim, indutivamente levará a pretensão de trazer o vínculo existente entre a regulamentação vigente do terceiro setor em Angola, e ainda que paradoxalmente faça uma ligação com a ineficácia do estado (Primeiro setor), no sentido da ausência das políticas públicas e a despreensão do setor privado (segundo setor).

Segundo Amartya Sen “O desenvolvimento econômico apresenta ainda outras dimensões de, entre elas a segurança econômica. Com grande frequência, a insegurança econômica pode relacionar-se à ausência de direitos e liberdade democráticas” (SEN, 2000).

Apesar da inexistência de dados suficientes sobre o percentual de tais organizações apresentam na economia Angolana, sabe-se que tais organizações que compõe este setor são importantes no auxílio das políticas sociais, na criação de emprego, na prestação de serviços e ajudam a suprir as falhas e lacunas deixadas pelo Estado e pelas organizações com fins lucrativos. (QUITOMBE, 2016)

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo será abordará uma revisão dos conceitos principais sobre o terceiro setor, e verificação de como se dá a sustentabilidade financeira de organizações que compõem esse mesmo setor.

2.1 TERCEIRO SETOR

Toda e qualquer sociedade estabelecida é organizada por setores que atuam na movimentação da economia e é possível se verificar divisões em formatos de setores, Paes (1999, p.45) vai dizer que o primeiro setor corresponde ao Estado, ou seja, ao poder público; o segundo setor corresponde a iniciativa privada, que inclui empresas com finalidades lucrativas, demarcados por uma convivência difícil entre si.

O terceiro setor requer especial atenção, por não possuir semelhante base teórica que comportam os outros setores da sociedade, tanto na sua constituição atual, quanto no seu surgimento, por isso a necessidade de trazer o Estado e o mercado para poder sustentar teorias sobre o terceiro setor, e a própria sociedade civil bem como o surgimento das instituições. Segundo Fernandes (1997, p.8) há aspectos obscuros e um intenso debate ideológico sobre a relação entre os três setores, que não conta com o necessário suporte de fatos documentados, justificando a necessidade de pesquisa sobre o terceiro setor e sobre as relações intersetoriais.

Alguns veem no setor uma ameaça neoliberal de precarização de conquistas sociais, através da defesa do Estado mínimo; para outros, representa um importante avanço da sociedade, que pode tornar o Estado mais transparente, aberto e sintonizado com os anseios da população. Esta divergência de posições parte dos próprios setores organizados da sociedade: seus partidos, sindicatos, associações (FERNANDES, 1997, p.8).

Segundo Falconer (1999), o terceiro setor surgiu na década de noventa como uma grande promessa, que se baseou na renovação do espaço público, o resgate da solidariedade e da cidadania, a humanização do capitalismo e, se possível, a superação da pobreza. Uma promessa realizada através de atos simples e fórmulas antigas, como o voluntariado e filantropia, revestidas de uma roupagem mais empresarial. Promete-nos, implicitamente, um mundo o qual são deixados para trás

os antagonismos e conflitos entre classes e, se quisermos acreditar, promete-nos muito mais.

O terceiro setor, segundo Falconer (1999, p.3), “surge como uma grande promessa de humanização do capitalismo e até a superação da pobreza por meio da extinção das lutas de classes”.

Segundo Fernandes (2002, p. 127) “a ideia de um “terceiro setor” supõe um “primeiro” e um “segundo”, e nesta medida faz referência ao Estado e ao mercado”, respectivamente.

Porém tanto o próprio autor e vários outros vêm rebatendo essa afirmação dizendo que não existe uma definição concreta do termo “terceiro setor”, ainda que a maioria dos doutrinadores aborda o setor como sendo um conjunto de entidades privadas sem fins lucrativos, que prestam interesses públicos, atuando ao lado do Estado na busca de soluções para os problemas sociais em prol do bem comum.

Várias as controvérsias se dão sobre a abrangência do termo terceiro setor, segundo Ferreira e Ferreira (2006, p.4):

Contudo, sob uma perspectiva mais geral passível de observação na literatura dominante sobre o tema, não há um corpo teórico que dê sustentação sólida para a abrangência do campo de estudos do terceiro setor, assim como não há consenso em relação às organizações que integram ou que podem integrar o setor generalizadamente.

Fica a existência do debate das instituições que abrangem o terceiro setor. Conforme Fernandes (1997), o terceiro setor pode ser agrupado em quatro principais categorias das quais: faz contraponto às ações do governo, no sentido de que os bens e serviços não são unicamente dependentes da atuação do Estado, mas também da iniciativa privada; faz contraponto às ações do mercado, sinalizando que o mercado por si só não satisfaz as reais necessidades e os próprios interesses pelos quais se movimenta, o próprio mercado gera demandas que não consegue satisfazer, e recursos que não consegue repor, evidenciando a necessidade da atuação, não só do setor estatal, bem como a iniciativa particular; empresta um sentido maior aos elementos que por eles são compostos, realça o valor político e econômico das ações voluntárias sem fins lucrativos, revelando assim inclusão da caridade, participação cidadã, e voluntariado; Projeta uma visão integradora da vida pública, dá ênfase na complementaridade existencial entre as relações privadas e

públicas, Estado, mercado e terceiro setor, um complementa o outro, nas suas lacunas.

A ideia vinculada ao termo terceiro setor é abrangente e inclui o amplo espectro das instituições filantrópicas dedicadas à prestação de serviços nas áreas de saúde, educação e bem-estar social, bem como as organizações voltadas para a defesa dos direitos de grupos específicos da população, como as mulheres, negros e povos indígenas, ou de proteção ao meio ambiente, promoção do esporte, da cultura e do lazer (FERREIRA; FERREIRA, 2016, p.4)

Fernandes (1997) vai mencionar dois aspectos do terceiro setor que são as organizações sem fins lucrativos, que são aquelas que acarretam consigo maiores investimentos do que retornos e sobrevivem de financiamentos internacionais, de empresas privadas, estatais e ações voluntárias; as organizações não governamentais que não fazem parte do governo, e que ao prestarem serviços, não passam pelo poder do Estado.

Segundo França *et al.* (2015), a expressão “terceiro setor” foi usada inicialmente na década de 1970 por pesquisadores nos Estados Unidos e, em 1980, por pesquisadores Europeus, mas só recentemente passou-se a reconhecer a importância do terceiro setor na sociedade e na economia, pela capacidade que tem em mobilizar os recursos humanos e materiais para atender importantes demandas sociais que o Estado não tem condições de atender, por ser um agente gerador de emprego na maioria das sociedades bem desenvolvidas e pelo aspecto qualitativo, caracterizado pelo idealismo de suas atividades.

Landim (1993 apud SIMELLI, 2002) vai dizer que o termo “setor sem fins lucrativos” serve para agrupar as instituições, dos quais surge a divisão dos seguintes termos: Sociedade civil sem fim lucrativo, ou organizações sem fins lucrativos; Associações; Entidades filantrópicas, beneficentes ou de caridade; Organizações não governamentais; e as fundações.

Simelli (2002) segue dizendo ainda que as entidades do terceiro setor não têm fins lucrativo e têm finalidades sociais, quando reconhecidos por órgãos jurídicos passam a ser associações de utilidade pública, e o mesmo acontece para as fundações.

2.2 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA EM ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR

As organizações do terceiro (OTS) setor surgiram na pretensão de achar solução para os problemas enfrentados pelas sociedades. Estas organizações têm como desafio principal manter as suas atividades e atingir a sua sustentabilidade como organização por meio de captação de recursos de terceiros, muitos destes provenientes de doações, parcerias, convênios, entre outros. (TONDOLO et al., 2014).

Falconer (1999) diz que no contexto em que está o terceiro setor, a sustentabilidade financeira pode ser definida como sendo a capacidade de captar recursos financeiros, materiais e humanos, de maneira suficiente e contínua a fim de utilizá-los com competência de formas a perpetuar a organização e permiti-la alcançar seus objetivos.

Das grandes competências necessárias para o gestor do terceiro setor se destaca a sua capacidade de conhecer e desenvolver todas as possibilidades disponíveis de obtenção de recursos de formas a ter esses mesmos recursos em volume suficiente e de maneira contínua, sem que isso gere dependência ou subordinação a nenhuma fonte individual de financiamento (FALCONER, 1999). Sendo assim:

A sustentabilidade financeira se atinge através da combinação habilidosa destas fontes. Da mesma forma que os recursos financeiros, os recursos humanos de uma organização devem ser identificados, formados, estimulados e mantidos com competência. (FALCONER, 1999)

A sustentabilidade, porém, segundo FALCONER, não se limita somente a capacidade de captação dos recursos de que necessitam as organizações, mas também a maneira eficiente de empregar de modo a potencializar os resultados alcançados e assegurar que a organização não deixe de se beneficiar de apoio público.

Em relação a gestão de recursos das ONGs em específico, Lima (2017) vai dizer que instrumentos ou ferramentas de gestão financeira como o planejamento orçamentário, controles internos administrativos e uso de fluxo de caixa, auxiliam as operações e contribuem para uma gestão de recursos mais eficiente, eficaz e

voltadas para um maior alcance dos propósitos organizacionais representam fatores-chaves para a operação dessas organizações.

A diversificação de fontes de recursos pode ser uma saída interessante para retirar a mera dependência de doações pelas ONGs, e possibilitar novas fontes de recursos, tais como as técnicas de marketing e as parcerias são fundamentais e também corroboram nesse sentido (LIMA, 2017).

Dall’Agnol et al. (2017), em seu trabalho intitulado “Transparência e prestação de contas na mobilização de recursos no terceiro setor”, verificou que as ações de transparência e prestação de contas contribuem para a mobilização de recursos, levando em conta que as OTS que apresentam diferentes estratégias de transparência e prestação de contas, possuem um alto nível de mobilização de recursos, em contrapartida, as organizações que possuem poucas estratégias de transparência e prestação de contas, atuam com um baixo nível de mobilização.

A mobilização de recursos está vinculada com a prática de transparência e prestação de contas e a melhoria dessas práticas contribui diretamente para o avanço na mobilização de recursos, reforçando assim a necessidade do desenvolvimento da capacidade das OTS de mobilizar recursos (DALL’AGNOL et al., 2017)

Dall’Agnol et al. (2017), segue ainda dizendo que a ideia de alcançar apenas a autonomia econômica pode afetar a sustentabilidade das organizações, pois a ideia de sustentabilidade com base na mobilização de recursos, ultrapassa os limites econômico-financeiros, incorporando outras esferas, como o capital humano, a capacidade de articulação e desenvolvimento político e a construção efetiva para com a sociedade.

3 CARACTERIZAÇÃO DE ANGOLA

Segundo dados do último censo populacional realizado em 2014, Angola é um país com 25.789.024 de habitantes, localizada no sul da África, abrange uma área de 1.246.700 km². O país é limitado ao Oeste pelo Oceano Atlântico e faz fronteira com o Congo e a República Democrática do Congo (RDC) no Norte, a Zâmbia no Leste e a Namíbia no Sul. O país está dividido em 18 províncias, a saber: Cabinda, separada do país, está localizada entre o Congo e a República Democrática do Congo, a norte da foz do rio Congo. Angola apresenta uma costa marítima de 1.650 Km e as suas fronteiras terrestres correspondem a um total de 4.837 Km. (GOVERNO DE ANGOLA, 2018).

Figura 1- Mapa político de Angola



Fonte: África turismo/adaptado de ONU (2018).

A república de Angola é atualmente constituída por 18 províncias, 162 municípios e 559 comunas. A população angolana é constituída maioritariamente por mulheres em que representam 52% da população total em relação aos homens que representam 48% (GOVERNO DE ANGOLA, 2018)

O país possui imensos solos férteis e abundantes recursos naturais, principalmente minerais e petróleo, o que lhe confere um grande potencial para o desenvolvimento econômico, reforçado pelas reservas hidroelétricas, vastos recursos marítimos e cerca de 35 milhões de hectares potencialmente aráveis (RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO ANGOLA, 2015)

3.1 PRINCIPAIS INDICADORES SOCIAIS ANGOLANOS

Para Henriques e Leandro (2012), desde 1990, o indicador da ONU que maior interesse desperta na análise das questões do desenvolvimento é o chamado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O IDH mede as realizações médias do desenvolvimento humano básico num único índice composto. Baseia-se em três elementos essenciais da vida humana: a longevidade, o saber e o nível de vida. Consequentemente, a longevidade é medida pelo número médio de anos de esperança de vida; o saber é medido por um índice em que intervém a taxa de alfabetização de adultos, com o peso de dois terços, e o nível de instrução (número médio de anos de instrução), com o peso de um terço; e o nível de vida que por sua vez mede-se pelo poder de compra calculado a partir da ponderação do PIB real por habitante (em dólares), pelo custo de vida (paridade do poder de compra).

O valor do IDH para cada país indica a distância a percorrer para obter certos objetivos: Um tempo médio de vida de 85 anos, acesso à educação para todos e um padrão de vida decente, a que corresponde o valor máximo de 1. A diferença entre o valor máximo do IDH e o valor alcançado por um país mostra o défice do país em IDH. (HENRIQUES; LEANDRO, 2012)

IPEA (2018), define o Índice de Gini, como o índice que aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo

oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos.

Uma das principais vantagens do coeficiente de GINI é que ele é uma medida de desigualdade calculada por meio de uma análise de razão, ao invés de uma variável representativa da maioria da população, tais como renda per capita ou do produto interno bruto. Ele pode ser usado também para comparar as distribuições de renda entre diferentes setores da população, tais como as zonas urbanas e rurais. É um índice suficientemente simples e facilmente interpretado, especialmente quando comparações são feitas entre países. Por ser simples, ele permite também uma comparação da desigualdade entre economias através do tempo (IPCE, 2018).

Tabela 1– IDH e Coeficiente de Gini em Angola no ano de 2015

Angola 2015	
IDH	0,53%
COEFICIENTE DE GINI	42,70%

Fonte: PNUD (2017)

Angola, segundo o relatório sobre desenvolvimento humano 2016, ocupa a posição número 150 dos países no ranking do índice de desenvolvimento humano, e faz parte da classificação de desenvolvimento baixo, com um IDH de 0,533 (PNUD, 2016)

O índice de envelhecimento representa o quociente entre a população com 65 ou mais anos e a população com 0-14 anos. Em 2014, o índice de envelhecimento em Angola era de 5 o que significa que por cada 100 pessoas com 0-14 anos (população mais jovem) existiam apenas 5 com 65 ou mais anos (população idosa), o que demonstra uma população bastante jovial no respectivo país.

O PIB, ao preço de compra é a adição do valor agregado bruto dos produtores residentes na economia a qualquer taxa de produtos e a subtraída de qualquer subsídio não incluído no valor do produto. É calculado sem fazer deduções a título de desvalorização de ativos fabricados ou esgotamento e degradação de recursos naturais. Dados em dólares americanos correntes. Valores em dólares americanos são convertidas de moedas nacionais correntes utilizando as taxas de câmbio oficiais de um único ano. Para alguns países onde a taxa de câmbio oficial

não reflete a taxa realmente aplicada às transações reais das divisas, usa-se um fator de conversão alternativo. (BANCO MUNDIAL, 2018)

Tabela 2 - Dados de Angola referente ao Aspecto econômico e social de Angola no ano de 2015

ANGOLA (DADOS 2015)		
ÍNDICES		PORCENTAGENS
PIB		173,6 MILHÕES\$
IDH	0,53%	
COEFICIENTE DE GINI	42,70%	
RENDA PERC CAPTA		6291\$
TAXA DE DESEMPREGO	24%	
ESPERANÇA DE VIDA TOTAL		60,2 ANOS
TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL		44 POR MIL NADOS VIVOS
SANEAMENTO BÁSICO	60%	
A TAXA DE FECUNDIDADE		5,7 FILHO POR MULHER
A TAXA DE CRESCIMENTO NATURAL	2,70%	

Fonte: Adaptado de INE/Relatórios PNUD/ Banco Mundial (2018).

O Rendimento Nacional Bruto (RNB) é calculado em moeda nacional e é geralmente convertido para dólares americanos a taxas do câmbio oficial para comparações entre as economias, embora seja usada uma taxa alternativa quando se considerar que a taxa de câmbio oficial diverge em margem excepcionalmente grande da taxa realmente aplicada em transações internacionais (BANCO MUNDIAL, 2018).

A expectativa de vida ao nascer indica o número de anos um recém-nascido viveria se os padrões predominantes de mortalidade no momento do nascimento permanecessem os mesmos toda a sua vida, conforme tabela 3 (BANCO MUNDIAL, 2018)

A taxa de desemprego é a razão entre o número de desempregados e o número de pessoas economicamente ativas. Este indicador representa a amplitude da força de trabalho disponível e não utilizada no país. Em Angola são considerados desempregados todas as pessoas com 15 ou mais anos de idade que se encontram nas condições de não tem trabalho, ou procura um trabalho (INE, 2014). Conforme demonstra o quadro acima essa taxa é representada por 24% da população.

Em países em via de desenvolvimento como Angola em que o saneamento básico ainda é um problema elevado, doenças como malária constituem um dos

principais problemas de saúde pública e é a primeira causa de procura de serviços de saúde, absentismo laboral e escolar e morte. Constitui igualmente uma das principais causas de aborto, parto prematuro, baixo peso à nascença, anemias em mulheres grávidas e mortalidade materna e perinatal. Representa cerca de 35% da procura de cuidados curativos, 20% de internamentos hospitalares, 40% de mortes perinatais e 25% de mortalidade materna. Em 2012, a malária foi responsável por 46% de todas as mortes em Angola e por 56% dos casos de mobilidade reportados no país, segundo o Centro de Processamento de Dados Epidemiológicos de Angola (INQUÉRITO DE INDICADORES MÚLTIPLOS E DE SAÚDE, 2016).

De acordo com IIMS - Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde (2016), 2015-2016 a nível nacional apenas 31% das crianças de 12-23 meses e 26% de crianças de 24-35 meses receberam todas as vacinas básicas; 3% das crianças menores de 5 anos apresentaram sintomas de Infecção respiratória aguda (IRA) nas duas semanas anteriores ao inquérito e para 49% foi-lhes procurado aconselhamento ou tratamento junto de uma unidade sanitária ou profissional de saúde; 15% de crianças menores de 5 anos tiveram febre nas duas semanas anteriores ao inquérito; 16% das crianças menores de 5 anos tiveram um episódio de diarreia e 43% receberam líquido preparado de um pacote de SRO (*Sustained Release Ora*) ou líquido de reidratação empacotado, ao qual, 70% das mulheres de 15-49 anos conhecem os pacotes de SRO.

Segundo a OMS - Organização mundial de Saúde (2012), um Inquérito de indicadores da malária em Angola divulgado em Luanda, indica que nos últimos cinco anos o país registou uma redução de 23% em crianças do zero aos cinco anos, isto é, no ano de 2006 a 2012. As diferentes intervenções que contribuíram para esta redução, o representante da OMS destacou em particular a integração do controle da malária nas estratégias de redução da pobreza, e nos planos de saúde, a distribuição massiva de mosquiteiros impregnados com inseticidas de longa duração, a melhoria do saneamento do meio ambiente, a pulverização intradomiciliar, o tratamento preventivo intermitente durante a gravidez, a melhoria do diagnóstico, o tratamento com base em combinações terapêuticas e a educação para a saúde.

Já o Inquérito De Indicadores Múltiplos e De Saúde (2016), aponta que quanto a posse dos mosquiteiros a nível nacional, pouco mais de um terço (37%) dos agregados familiares possui, pelo menos, um mosquiteiro (tratado ou não). 31%

possuem Mosquiteiros Tratados com Inseticida (MTI) e 29% possuem, pelo menos, um Mosquiteiro tratado com inseticida de longa duração (MTILD), o que significa que quase todos os MTI em Angola são MTILD; 11% dos agregados familiares possuem, pelo menos, um MTILD para cada duas pessoas; A percentagem de pessoas que dormiram debaixo de um MTILD na noite anterior ao inquérito é de 18%. No total, um quinto (20%) das crianças menores de 5 anos dormiu debaixo de um MTILD na noite anterior ao inquérito. Dos agregados familiares com, pelo menos, um MTI, 61% dormiram debaixo de um MTI; sobre o Tratamento intermitente e preventivo da malária (TIP): 19% das mulheres grávidas tomaram três ou mais doses de SP/Fansidar; Tratamento da febre em crianças: (15%) das crianças menores de 5 anos tiveram febre nas duas semanas anteriores ao inquérito. Entre as crianças com febre que tomaram um antimalárico, 77% receberam Terapia Combinada à base de Artemisinina (TCA).

Sobre o HIV em Angola o IIMS - Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde (2016), aponta os principais resultados de sua pesquisa descrevendo assim, que a grande maioria dos homens e mulheres de 15-49 anos já ouviu falar do HIV e SIDA (82% das mulheres e 92% dos homens), mas apenas 32% das mulheres e 35% dos homens possuem um conhecimento abrangente sobre a doença. O conhecimento abrangente dos jovens de 15-24 anos de ambos os sexos é igualmente baixo (uma em cada três pessoas); Pouco mais de metade dos homens e mulheres (57% das mulheres e 53% dos homens) conhecem as três formas de transmissão do HIV de mãe para filho; quanto a atitude discriminatória, pouco mais de metade dos homens e mulheres (57% das mulheres e 53% dos homens) conhecem as três formas de transmissão do HIV de mãe para filho; Parceiros sexuais múltiplos, cerca de um em cada cinco homens de 15-49 anos (18%) teve duas ou mais parceiras sexuais nos doze meses anteriores ao inquérito, dos quais apenas 30% usou preservativo durante a última relação sexual. Entre os homens, a média de parceiras sexuais ao longo da vida é de 6,7; no que se refere a relações sexuais pagas: 5% dos homens de 15-49 anos afirmou ter pago para ter relações sexuais nos doze meses anteriores ao inquérito. Entre estes, 71% usou um preservativo na última relação sexual paga; e por último a testagem de HIV que são 30% das mulheres e 20% dos homens de 15-49 anos fizeram e receberam os resultados do teste de HIV nos doze meses anteriores ao inquérito.

Tabela 3 – Indicadores de educação e ensino e indicadores de Angola

INDICADORES DE EDUCAÇÃO E ENSINO	PORCENTAGEM
Proporção da População com 6-17 anos de idade que nunca frequentaram a escola	13.4
Proporção da População com 6-17 anos de idade a frequentar a escola	81.5
Taxa líquida de frequência do ensino primário	76.0
Taxa líquida de frequência do I ciclo do ensino secundário	15.4
Taxa líquida de frequência do II ciclo do ensino secundário	8.3
	234675
População com 24 ou mais anos de idade com ensino superior concluído	(Milhões)

Fonte INE (2014)

Segundo indicadores de ensino e educação, conforme apresenta o quadro acima, a proporção da população entre 6-17 anos de idade que nunca frequentou a escola é de 13% conforme mostra o quadro acima, destacando a população com a mesma faixa de idade a frequentar a escola ocupando 81% da população, sendo assim a taxa líquida de ensino primário se compõe por 76% da população, e diminui visivelmente ao número de população total a frequentar o primeiro e o segundo ciclo do ensino secundário.

Tabela 4– Indicadores de alfabetização de Angola

INDICADORES DE ALFABETIZAÇÃO	PORCENTAGEM
Proporção da população com 15 ou mais anos de idade que sabe ler e escrever	65.6
Proporção da população com 15-24 anos de idade que sabe ler e escrever	76.9

Fonte INE (2014).

A taxa de alfabetismo expressa a relação entre a população, com 15 ou mais anos, que sabe ler e escrever demonstrando assim conforme apresenta o quadro acima, que a taxa de alfabetismo a nível nacional é de 65,6%, e 76.9% para a população com idade entre 15-24 anos de idade que sabe ler e escrever, demonstrando assim que a população que não sabe ler e escrever é essencialmente idosa, apenas 27% da população com 65 ou mais anos sabe ler e escrever, (INE, 2014).

3.2 O TERCEIRO SETOR EM ANGOLA

Ao falar da própria temática do terceiro setor em Angola, se faz necessário elucidar também sobre a sociedade civil Angolana. O terceiro setor é um tema pouco abordado em Angola, no seu real sentido, segundo Assis (2016) há histórias sobre o surgimento das primeiras organizações não governamentais que trabalhavam resolvendo demandas do Estado, que ficou marcado pela passagem de um sistema de partido único para o sistema multipartidário em 1991, com a assinatura dos acordos de Bicesse.

[...] o retomar da guerra em finais de 1992, logo após a realização das primeiras eleições multipartidárias da história do país, frustrou as expectativas de reconstrução nacional e acelerou a atuação e a entrada de novos atores na vida socioeconômica e política de Angola, dentre eles, as ONGs. (ASSIS, 2016, p.169).

Assis (2016) segue ainda dizendo que a recomposição do tecido socioeconômico do país ocupava lugar de destaque no contexto político e social da época, ou seja, todo o movimento que impulsionou várias agências internacionais chegarem a Angola, organizações religiosas, organizações não governamentais internacionais era internamente completo como o surgimento das primeiras ONGs nacionais.

A estruturação das ONGs nacionais angolanas, tiveram espaço, antes mesmo da abertura democrática, elas mostraram-se desejosas ao estabelecer relações com as organizações estrangeiras que comportam uma estrutura de apoio financeiro como condição *sine qua non* para a execução de projetos sociais que pudessem vir a enfrentar e atenuar os efeitos da guerra em Angola (ASSIS, 2010).

Jensen e Pestana (2010), em “o papel das igrejas na redução da pobreza em Angola”, enfatizam que Angola, como Estado, tem acumulado fracassos, no que se refere a sua incapacidade de assegurar o bem estar social e proporcionar bens públicos de primeira necessidade aos seus cidadãos e independer de intervenções de instituições financeiras internacionais, o que indiretamente acaba evidenciando a necessidade de ajuda humanitária.

A Igreja Católica esteve grandemente envolvida no Alívio à Emergência causada pela guerra e pela deslocação de mais de 4,5 milhões de pessoas. O principal instrumento nesta fase foi a Cáritas, a organização humanitária da Igreja Católica. A Cáritas foi estabelecida em Angola em 1970 e foi uma das poucas organizações de ajuda humanitária a trabalhar durante todo o período dos 27 anos de guerra civil. As principais atividades envolvem

distribuição de comida, medicamentos, roupas e material agrícola (JENSEN; PESTANA, 2010, p.17).

A generalização da pobreza em Angola exige ações para resolver as difíceis condições em que vive a maioria dos angolanos. É uma situação que não pode ser resolvida por um único grupo de atores tais como o das igrejas, mas que exige esforços a todos os níveis (JENSEN; PESTANA, 2010).

Segundo Jensen e Pestana (2010), apesar de Angola apresentar recursos, o seu governo não cumpre até então os seus programas de investimentos públicos, desarticulando assim todas as áreas que deveriam ter especial atenção, sublinhando saúde, educação, alimentação e saneamento básico.

Jensen e Pestana (2010) seguem ainda dizendo que as igrejas são atores da sociedade civil de Angola com estruturas de organização mais desenvolvidas e com redes de trabalho internacionais mais fortes, entretanto deixam claro que a força dessas redes é posta em causa pela falta de recursos humanos qualificados. Sublinhando que os esforços para tornarem disponível o acesso à educação pode ser considerado das maiores contribuições das igrejas, na via do desenvolvimento em Angola, não esquecendo da sua contribuição significativa na área da saúde, fazendo funcionar postos de saúde e hospitais, em áreas remotas do país.

Segundo Relatório Social de Angola (2015) a falta de um debate sério sobre a identidade da sociedade civil angolana dificulta o próprio processo de percepção de quem são os atores da sociedade civil e perceber o grau de autonomia que algumas dinâmicas e estes mesmos atores possuem em relação às instituições do Estado, partidos políticos, setor privado e doadores internacionais. Tornando-se assim difícil indicar de concreto o número de atores da sociedade civil que existem em Angola de modo geral, e de modo específico, o número de ONG, que embora sejam parte dos atores da sociedade civil, não são os únicos nem os mais visíveis ou os mais relevantes, face ao atual contexto político, econômico e social do país.

A liberdade também é medida pelo modo de funcionamento do espaço público, pela possibilidade de os direitos fundamentais se transformarem em liberdades públicas. Acontece que no sentido de uma maior hegemonia do poder sobre o espaço público, desde há muito se vem procurando controlar as Organizações da Sociedade Civil. Vários foram os episódios de coerção e cerceamento de liberdades e direitos, contra a autonomia dessas organizações, na convicção de que as ONG (Organizações

Não-Governamentais) constituindo o terceiro sector², deviam ter um papel complementar da ação do Executivo, sem exercer papel crítico.(RELATÓRIO SOCIAL 2015, pag.38)

3.2.1 A sociedade civil e o surgimento das primeiras ONGs em Angola

A independência de Angola foi proclamada a 11 de novembro de 1975, que caracterizou a desvinculação do país, até então da colônia Portuguesa. Apesar disso, Angola acumula um histórico marcado por vários outros conflitos armados de origem interna no país, dos quais as guerras e as rivalidades políticas (KEBANGUILAKO, 2016)

Kebanguilako (2016), diz que após o processo da independência, Angola vivenciou tentativas de paz, pelos acordos de Bicesse, em 1991, que impulsionou o primeiro processo eleitoral no país, mas que foi marcado pelo fracasso, pois o partido da oposição alegou fraude contra o partido que havia sido declarado vencedor, impulsionando a um novo levantar de conflitos no país; o Protocolo de Lusaka, em 1994, foi igualmente desrespeitado pelos movimentos de libertação nacional de Angola que faziam parte do sistema político do país na altura; e, finalmente, o protocolo de Luena em 2002 que assegura e garante até hoje a paz e a estabilidade no país, que se deu a partir da morte do principal líder da oposição do partido ao poder Jonas Savimbi. A vitória do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) trouxe um modelo marxista-leninista como sistema sócio-político econômico adotado pelo partido único. O autoritarismo vivido pela sociedade angolana, a falta da liberdade, a centralização política e o contexto de guerra civil marcaram esse momento.

A construção da sociedade civil angolana, segundo Pain e Reis (2006) se deu muito antes do dia da proclamação da independência do país, porém o regime ditatorial dificultava a participação dos movimentos de libertação em qualquer tomada de decisão.

Pain e Reis (2006) seguem dizendo que o processo de guerra civil (1975 - 2002) embaraçou o desenvolvimento de organizações autônomas atuando no espaço público, ou seja, toda a tentativa de autonomização da sociedade civil foi

² O relatório social de 2015 publicado pelo centro de estudos de investigações científica da universidade católica de Angola, faz referência das ONG's como organizações do terceiro setor.

esmagada pela guerra, na medida em que a anulação do poder do Estado não reforçou o poder da sociedade civil; ao contrário, fortaleceu o poder armado e de natureza totalitária, que acabou dando novo fôlego à máquina estatal, quando a rejeição ao poder armado contribuiu, para bem ou para mal, para o seu reforço e para o conseqüente enfraquecimento das organizações autônomas.

As dificuldades que essa sociedade enfrenta, principalmente no que diz respeito às restrições de sua atuação, à dificuldade de inserção na formulação de políticas públicas e ao desenvolvimento de parcerias junto ao governo demonstram a especificidade dos países que passaram por processos de colonização e dominação e a problemática da formação e do fortalecimento da sociedade civil (PESTANA 2004 apud PAIN; REIS, 2006, p.02)

Dentro do contexto dos movimentos de lutas entre os partidos políticos, Pestana (2004 apud PAIN; REIS, 2006) inicia marcando o levantamento da sociedade civil de Angola, no pós-independência pelo surgimento da União dos Escritores Angolanos (UEA), que surge como uma fonte de legitimidade que procurou defender a revolução salvaguardando os direitos dos escritores angolanos.

A União de Escritores Angolanos era o lugar onde evoluiu esta contradição entre a "autonomia literária" e "controle político": ao mesmo tempo em que proporcionava uma relativa autonomia do espaço literário, nomeadamente face ao controlo do partido único e do Estado, permitiu esforços redobrados das elites políticas com vista à instrumentalização política da literatura e dos escritores [...].(PESTANA, 2004, p.10-11 apud PAIN; REIS, 2006, p.53).

A consolidação da democracia em Angola trouxe muitas transformações no quadro jurídico angolano, bem como a criação de leis, tais como a Lei das associações, que o seu funcionamento não dependia do estado; a Lei dos partidos políticos Independentes; a Lei do direito à greve, a Lei de liberdade de Imprensa; a Lei de reunião pacífica, dentre outras (PAIN; REIS, 2006). Apesar de já existir uma sociedade civil meramente formada, ainda assim essa sociedade não fez parte dos acordos de paz.

Em 1996, foi criada a Fundação Eduardo dos Santos (FESA), uma ONG que tinha o nome do presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos. Surgiu como sendo uma organização que dizia se inspirar em instituições similares existentes nos grandes países democráticos e que afirmava pretender consolidar, como estas, os objetivos de progresso social, cultural e científico em Angola. A FESA surge, mais claramente, como uma instituição na qual o ex-presidente da

República intervinha como pessoa privada e cujos recursos não eram de sua posse, mas sim os das grandes sociedades internacionais.

Seguidamente em 2000, surge um apelo feito pelas Mulheres Pela Democracia (MPD), uma ONG formada por mulheres profissionais, advogadas, jornalistas, empresárias, entre outras, que estudaram no exterior, com bolsas financiadas pelo governo. É então elaborado a partir da perspectiva das mulheres angolanas e traz um sentimento de tristeza que não deriva somente da continuação da guerra, mas do fato de que as mulheres, como esposas e mães, tinham perdido maridos e filhos durante o conflito.

Mesmo com o fim do conflito armado em Angola, é importante levar em consideração a dificuldade que existe na comunicação entre o governo e a sociedade civil no que se refere ao planejamento de políticas públicas.

Fala-se hoje das “organizações da sociedade civil” (OSC) como um conjunto que, por suas características, distingue-se não apenas como Estado, mas também como mercado. Recuperada no contexto das lutas pela democratização, a idéia de "sociedade civil" serviu para destacar um espaço próprio, não-governamental, de participação nas causas coletivas. Nela e por ela, indivíduos e instituições particulares exerceriam a sua cidadania, de forma direta e autônoma. (FERNANDES, 1997)

“De certo que o surgimento da sociedade civil angolana deixa marcado no tempo a existência de organizações que foram facilitadoras do diálogo entre os angolanos na pretensão de se criar um alicerce para combater o colonialismo, estando diretamente ligada a criação do nacionalismo no país.” (QUITOMBE 2016, p.56).

3.2.1.1 Órgão regulador do terceiro setor em Angola

Como em Angola cada setor da sociedade é regulamentado por um órgão, o terceiro setor pela sua atual conceituação se enquadra no Ministério da Assistência e Reinserção Social, (MINARS) que é o órgão do Governo encarregado de dirigir e coordenar a execução da política social relativa aos grupos mais vulneráveis da população, garantindo os seus direitos e a promoção do seu desenvolvimento através de medidas que reportam a implementação de políticas sociais básicas da reinserção e da assistência social. (MINARS, 2015)

Das competências do ministério da assistência e reinserção social estão:

- Propor políticas e estratégias específicas no quadro da assistência e reinserção social das populações carentes e desprotegidas;
- Assegurar assistência ao idoso, à infância a ao adolescente, à pessoa portadora de deficiência que não esteja abrangida pela segurança social;
- Propor a implementação de estratégias de promoção e desenvolvimento comunitário;
- Promover e dinamizar o desenvolvimento de ações que visem o surgimento de serviços de apoio e promoção do bem-estar das famílias carentes;
- Promover programas de atendimento à pessoa portadora de deficiência, garantindo e acompanhando a sua reinserção social;
- Apoiar as diferentes ações multi-setoriais no domínio da reabilitação integral da pessoa portadora de deficiência;
- Coordenar a execução da política de assistência e reassentamento das populações deslocadas e repatriadas;
- Dinamizar o repatriamento livre e consentido dos refugiados, proceder a sua recepção, recenseamento, controlo estático e apoio a sua reintegração socioeconómica;
- Coordenar e gerir o sistema de apoio à criança em situação de risco;
- Promover programas de prevenção e combate à delinquência juvenil, bem como programas adequados a reeducação de menores;
- Assegurar as condições necessárias para a proteção, sobrevivência, desenvolvimento e educação integral das crianças em situação particularmente difícil;
- Propor a aprovação pelo governo de disposições legais que favoreçam o desenvolvimento da assistência e da reinserção social, bem como zelar pelo seu cumprimento;
- Promover a cooperação com outros países e instituições congéneres, bem como organismos internacionais especializados;
- Promover e apoiar a constituição de associações de defesa aos grupos vulneráveis;

- Promover e coordenar a formação, superação e especialização dos quadros sociais em colaboração com os demais órgãos de administração do Estado e com o setor privado;
- Orientar e controlar a execução do plano nacional de ação contra as minas;
- Propor e controlar políticas de integração social e formação profissional de ex militares;
- Coordenar e controlar a recepção das ajudas e doações de bens e valores provenientes das entidades estrangeiras e organizações internacionais, bem como a sua distribuição;
- Controlar e apoiar as atividades de entidades singulares e coletivas reconhecidas, que prossigam fins idênticos ao do Ministério;
- Representar a república de Angola junto dos organismos internacionais, assegurando os compromissos do setor no plano internacional;
- Controlar e orientar metodologicamente a atividade da sua ajuda humanitária à população necessitada;
- Exercer as demais tarefas que lhe forem acometidas superiormente.
(MINARS, 2015)

3.2.1.1.1 Legislação vigente sobre as ONG's em Angola

As organizações não governamentais em Angola são regulamentadas pelo decreto presidencial n. 74/15 de 23 de março, que aprova o regulamento das organizações não governamentais.

No seu artigo 3^o sobre a natureza jurídica diz que as ONGs “são pessoas coletivas constituídas por duas ou mais pessoas singulares ou coletivas e que não têm por objeto a obtenção de lucro económico dos associados.”

Nos termos da regulamentação das ONGS elas podem ser classificadas como nacionais e internacionais, sendo:

a) ONG nacionais, as constituídas na República de Angola, independentemente de operarem também noutros países;

b) ONG internacionais, as legalmente constituídas num país estrangeiro e registadas na República de Angola.

Referente a secção 1 sobre as Ongs Nacionais o artigo 6.^o que fala sobre a sua constituição diz que:

As ONG nacionais constituem-se e adquirem personalidade jurídica, nos termos da lei.

Artigo 7.º referente a Inscrição:

1. As ONG nacionais devem efetuar a sua inscrição no Instituto de Promoção e Coordenação da Ajuda às Comunidades, mediante apresentação dos seguintes documentos:

- a) Carta dirigida ao responsável do Órgão, pela qual solicita inscrição para o exercício de atividades;
- b) Certidão de registo da ONG associação emitida pelo Departamento Ministerial responsável pela Justiça e Direitos Humanos;
- c) Cópia autenticada do *Diário da República* que publica o Estatuto da ONG associação;
- d) Programa e áreas de intervenção.

2. Observados os requisitos previstos no número anterior e analisada a documentação apresentada, é emitido, no prazo de 15 dias, conforme o caso, um dos despachos seguintes:

- a) Inscrição, quando aferida a validade da documentação apresentada pela ONG;
- b) Aperfeiçoamento, quando se conclua pela falta ou invalidade de algum documento apresentado.

3. Se determinado o aperfeiçoamento a documentação apresentada não for conformada no prazo de 10 dias úteis, a solicitação é tacitamente indeferida.

Em relação ao artigo 13.º parceria e cooperação

1. As ONG devem promover a cooperação com o Executivo e demais instituições na realização dos seus objetivos, sem prejuízo das parcerias entre si.

2. A parceria entre uma ONG nacional e internacional deve ter em vista a sustentabilidade da primeira.

3. A cooperação entre duas ONG deve respeitar a identidade de cada uma e não invalida o estabelecimento simultâneo de parcerias com as comunidades, instituições e órgãos do Executivo, exceto quando previamente acordado e expresso em instrumento competente.

O artigo 14.º referente a Colaboração diz que:

1. As ONG podem estabelecer formas de colaboração com outras associações que visam a utilização comum de serviços ou equipamentos, desenvolvimento de programas, projetos e ações em regime de complementaridade.

2. As ONG podem também estabelecer formas de colaboração, visando:

- a) Organizar serviços de interesse e de intervenção comum, de modo a racionalizar os meios;
- b) Desenvolver ações junto de entidades públicas e privadas, não proibidas nos termos da presente lei.

Em relação ao capítulo v direitos e deveres

Artigo 21.º (Direito dos Beneficiários)

1. Os direitos e interesses dos beneficiários das atividades das ONG preferem aos das próprias instituições, dos associados ou dos fundadores.

2. A dignidade e a intimidade da vida privada dos beneficiários devem ser respeitadas, não podendo sofrer discriminações fundadas em critérios ideológicos políticos, confessionais ou de raça.

3. Não se consideram discriminações que desrespeitem o disposto no número anterior as restrições do âmbito de ação que correspondam a carências específicas de grupos ou pessoas de determinadas condições.

Artigo 22.º (Direitos das ONG)

Sem prejuízo do gozo de outras prerrogativas especialmente previstas em outros diplomas, as ONG têm os seguintes direitos:

- a) Exercer a sua atividade, desde que autorizadas;
- b) Não ser extinta, salvo nos termos da lei;
- c) Beneficiar de financiamentos público quando desenvolvam programas nas condições definidas pelo Executivo;
- d) Obter respostas concretas sobre as petições formuladas aos Órgãos da Administração Pública.

Artigo 23.º (Deveres das ONG)

1. Sem prejuízo de outros deveres previstos em diplomas específicos, as ONG são obrigadas a:

- a) Respeitar a Constituição da República de Angola e demais legislação em vigor;
- b) Abster-se da prática de ações de índole político-partidária ou subversivas;

c) Abster-se do envolvimento ou da prática de atividades direta ou indiretamente ligadas ao branqueamento de capitais, tráfico de influência e financiamento ao terrorismo, bem como de obtenção de vantagens de proveniência ilícita;

d) Participar na implementação de programas económico-sociais aprovados pelo Executivo;

e) Implementar os projetos aprovados na província ou região do território nacional determinada pelo IPROCAC;

f) Executar os projetos sob coordenação e fiscalização do Governo da Província, no âmbito do plano de necessidades para a área de atuação;

g) Prestar informações no formato de relatórios intercalares, mensais, trimestrais, semestrais e anuais, no decurso e no final dos projetos, ao IPROCAC;

h) Proceder à abertura de conta bancária em território nacional onde devem ser depositados os fundos destinados aos projetos;

i) Adquirir os bens e equipamentos necessários aos projetos no mercado nacional, recorrendo à importação única e exclusivamente quando comprovada a não existência dos bens e equipamentos no território nacional;

j) Contabilizar no orçamento de todos os projetos as doações indiretas efetuadas pelo Estado Angolano, nomeadamente com isenções de impostos e de taxas, benefícios fiscais e todos os benefícios de que sejam alvo para a execução de projetos;

k) Remeter ao IPROCAC, até ao mês de Março, o relatório anual e contas do exercício do ano anterior e as previsões de doações internas e externas a receber no exercício corrente;

l) Estabelecer parcerias, celebrar contratos no âmbito das aquisições de bens e prestação de serviços com pessoas singulares ou coletivas, recorrendo a concurso público sempre que tal resulte da lei ou regime especial;

m) Promover, preservar e respeitar os costumes e hábitos tradicionais do meio em que atuam;

n) Promover a educação, a formação cívica e técnico-profissional dos seus membros, trabalhadores, colaboradores e beneficiários das suas ações;

o) Informar o IPROCAC sobre a movimentação do pessoal expatriado, no que diz respeito à contratação, transferência e despedimento;

p) Prestar às entidades oficiais e aos organismos encarregados dos assuntos

relacionados com ONG informações nos termos e prazos definidos no presente Regulamento;

q) Cumprir pontualmente as obrigações fiscais, de segurança social, imposto sobre o rendimento do trabalho, seguro de responsabilidade civil e de acidentes de trabalho e as contratuais relativas ao pagamento das rendas de casa, aluguer de equipamentos, bens semoventes de consumo e de serviços públicos;

r) Apresentar ao IPROCAC, até 31 de Outubro de cada ano, todos os projetos a implementar no ano seguinte, incluindo os seus orçamentos detalhados, para efeitos de planificação.

2. O relatório referido na alínea g) do número anterior deve conter, entre outras informações, referentes ao quadro demonstrativo da origem dos fundos ou recursos financeiros, relação dos bens importados e adquiridos internamente, plano de ação para o ano seguinte e avaliação das parcerias estabelecidas.

3. O não cumprimento do disposto neste artigo constitui fundamento para a suspensão das atividades ou extinção da ONG envolvida, tratando-se de nacional ou proibição de atuação no espaço nacional, tratando-se de internacional.

4 METODOLOGIA

Com base nos seus principais objetivos, considera-se uma pesquisa qualitativa que segundo Chizzotti (1998, p.52) se fundamenta sobre dados coligidos nas interações interpessoais, analisados a partir do significado de cada ato.

A presente pesquisa também se configura como um estudo de caso que segundo Chizzotti (1988, p.52) é uma forma de designar pesquisas que coletam e registram dados de um caso particular ou de vários casos com a finalidade de organizar um relatório ordenado e crítico de uma experiência, ou avaliá-la analiticamente, objetivando tomar decisões a seu respeito ou propor uma ação transformadora.

Enquadra-se também como uma pesquisa exploratória tendo em vista a lacuna de estudos voltadas a área do terceiro setor em Angola, especificamente a sua forma de organização, como instituições não governamentais. De acordo com os procedimentos técnicos e análises empíricas, a pesquisa estará inserida nos métodos documentais e pesquisas bibliográficas, sendo a pesquisa bibliográfica desenvolvida por meio de material já elaborado, o que acaba sendo uma grande característica dos estudos exploratórios (GIL, 1996, p.51).

Dentro dos pressupostos da pesquisa, este estudo se foca na pesquisa de caráter qualitativo no sentido de tornar peculiar a visão do objeto estudado (CHIZZOTTI, 1988), permitindo a possibilidade de conhecer aspectos particulares do objeto estudado.

Inicialmente foi necessário de partir de pesquisas bibliográficas e documentais, trazendo a revisão bibliográfica dos principais conceitos, os principais autores que falam sobre o tema, para poder sustentar o arcabouço teórico; seguidamente pesquisas pautadas em investigações em portais governamentais, ministérios, sites estatísticos, voltadas a verificação de índices de desenvolvimento, questões de legalização, dentre outros.

Para a coleta de dados desta pesquisa foi utilizado um estudo de caso na organização não governamental Associação Kamba Solidário, a partir da avaliação dos principais documentos públicos e que foram solicitados pertencentes à documentos internos à instituição, bem como entrevista semiestruturada ao gestor da referida instituição. Tal entrevista foi previamente agendada e feita com auxílio

tecnológico de videoconferência, com duração aproximada de 45 minutos. Tal entrevista foi solicitada prévia autorização para que fosse gravada e tais registros foram analisados os conteúdos. A triangulação dos dados foi realizada a partir de uma análise documental que foi um aprofundamento da legislação angolana vigente para às organizações do terceiro setor.

A maior utilidade do estudo de caso é verificada em pesquisas exploratórias, por possuir tamanha flexibilidade de analisar um fenômeno específico, com o objetivo de visualizar o formato de organização da associação *Kamba* solidário.

Dos parâmetros do estudo de caso, foi necessário a interpretação e a compreensão, o que trará auxílio da utilização da pesquisa qualitativa que segundo Chizzotti (1998, p.52) se fundamenta sobre dados coligidos nas interações interpessoais, analisados a partir do significado de cada ato.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo será abordado o perfil institucional da associação *Kamba* solidário, bem como as suas principais atividades relacionando a legislação vigente sobre as organizações não governamentais, apresentando os principais resultados.

5.1 A ASSOCIAÇÃO KAMBA SOLIDÁRIO

Segundo o relatório da própria associação (2017) A Associação *Kamba* Solidário, (AKS) surgiu a partir de uma iniciativa voluntária a qual o membro fundador Jorge Salvador junto com um grupo de amigos decidiu criar uma organização não governamental em 25 de janeiro de 2012, com o alvo de filantropia social. Marcando assim até a data de hoje 6 anos de atuação da organização.

A associação Kamba nasceu a partir de um projeto [...] mas pela dimensão do trabalho que fomos realizando a nível da província de Luanda, da capital, sentiu-se a necessidade de deixar de ser projeto e passou a ser uma associação (Representante e gestor da associação, 2018)³

A AKS é uma instituição particular de solidariedade social, sem fins lucrativos, constituída por um grupo de jovens com o intuito de promoverem ações de carácter social mediante entrega de bens de primeira necessidade, meios de sustento, e realização de eventos a fins com vista a assistir as populações carentes Dados da AKS (2017). Tem na sua missão incentivar ações sociais sustentáveis através de parcerias junto da sociedade civil tendo como suporte as campanhas de recolha de donativos.

Diante da sua forma de atuação, a sua principal função é ser mediadora pois além de prever parceria com Estado na promoção de atividades e ações que contribuam para a erradicação das assimetrias sociais; ela prevê intermediar as relações entre as empresas doadoras e os centros estabelecendo uma parceria social, solidária e sustentável entre os mesmos. (RELATÓRIO AKS, 2017)

O Artigo 7.º da legislação que aprova o regulamento das organizações não governamentais diz que para serem consideradas ONG's em Angola as

³ Citação de entrevista realizada com o fundador da associação *Kamba* solidário

organizações têm que estar inscritas Instituto de Promoção e Coordenação da Ajuda às Comunidades. (IPROCAC). Questionado sobre a inscrição da Organização Kamba solidário o gestor informou em entrevista que a AKS não está cadastrada no Iprocac, (Instituto de promoção e ajuda às comunidades) mas que a associação tem parceria direta com o Ministério da assistência e reinserção social (Minars), no sentido de apoio aos principais projetos.

A associação não está cadastrada devido a processos burocráticos de cadastramento.

Nós temos cá em Angola um processo chamado burocracia, pra se estar cadastrado exige-se muitas documentações, e infelizmente, estamos, digamos assim numa lista de espera de alguns documentos que possam permitir o cadastramento neste processo, mas nós não podemos deixar de trabalhar [...] (Representante e gestor da associação Kamba solidário, 2018)

O entrevistado afirma ainda que a associação tem o reconhecimento do Minars Ministério da Assistência e reinserção social, com o qual realizam parcerias mutuas na prossecução de vários projetos da própria associação bem como do ministério.

A falta de capacidade de realizar algumas atividades no seio da associação faz suscitar a necessidade da atuação do Minars, disponibilizando apoio logístico e receptividade com o governo, como ação facilitadora da atuação da AKS. Ajuda mútua parte da disponibilidade da associação de prestação de serviço voluntário frente a atuação do Minars na realização das suas atividades

Os processos burocráticos a que se refere o gestor, está não só na documentação, mas também pelo fato de no ato de solicitação da possibilidade de cadastramento como associação mediante órgãos responsáveis, ter se encontrado uma organização já existente com o mesmo nome o que acabou por dificultar a efetivação da inscrição como Organização não governamental e impedindo a sua publicação no diário oficial da republica de Angola.

5.1.1 Principais Projetos e Formas de Atuação

Segundo relatório de apresentação da AKS (2017), as principais atividades da associação estão voltadas a recolhas de donativos; assistência alimentar aos centros e as pessoas carenciadas que vivem na rua; realização de visitas, passeios

turísticos; formações em artes e ofícios; assistência médica e medicamentosa; realização de eventos culturais.

Com a pretensão de atender os seguintes público alvo:

Centros de acolhimento; Hospitais; Lares; Cadeias; Entidades de assistência social; Comunidades carentes.

Em entrevista⁴ com o gestor e representante da associação, questionado sobre a identificação das demandas de atuação deixou claro que o público alvo é identificado por meio de visitas de grupos, composto por um núcleo constituído por membros e equipes de pesquisa que apresentam relatórios e conseqüentemente um levantamento de necessidades emergenciais de atuação concernente ao processo de doações de bens e intermediação de doadores e necessitados.

Estas atividades são sublinhadas pela associação para a realização dos seguintes projetos:

- a) Relâmpago consiste na doação de cestas básicas alimentares para as famílias carentes bem como a assistência com cadeira de rodas as pessoas portadoras de deficiência. O referido projeto é de carácter pontual no que toca as intervenções.
- b) Conhecer: visa a realização de visitas turísticas a monumentos e sítios para enriquecimento do nível cultural das crianças carentes. O referido projeto é de carácter semestral e em paralelo culmina com doação de livros.
- c) Saúde e sorriso: Realização de consultas (assistência médica e medicamentosa) bem como programas de prevenção de doenças e campanhas de sensibilização com destaque nas palestras.
- d) EducArte: Realização de formação em artes e ofícios bem como seminários e palestras para o aperfeiçoamento das competências dos formandos.
- e) Alimentar: Distribuição de Sopa aos sem-abrigos, centros de acolhimento de crianças e instituições da 3ª Idade. Em paralelo é realizado um inquérito aos sem-abrigo. Além disso, também são doados agasalhos e calçados aos sem-abrigo.

⁴ Entrevista realizada a 26 de Abril de 2018 às 17 horas, Criciúma, via Skype

- f) Kuelela: Doações de bens alimentares não perecíveis aos centros de acolhimento. Também conhecido por Grandes Entregas pela quantidade doada, em média 6 toneladas, por campanha.
- g) Natal Solidário: Realização de Festa de Natal em confraternização com doação de brinquedos e em paralelo a doação de bens alimentares não perecíveis aos centros de acolhimento.

Questionado em entrevista, o representante respondeu como se dá a atuação de cada projeto:

Em relação as principais parcerias com as instituições privadas, conforme citado no relatório da associação, o gestor afirmou em entrevista que alguns supermercados se mostram disponível em apoiar alguns projetos da associação, no que concerne principalmente a disponibilidade de auxílio no processo de recolha de donativos, e ainda entram auxiliando também com doações de bens de consumo imediato.

*“Eles também nos dão algumas esquebras⁵, doam alguns produtos que temos que fazer a doação imediata pois já estão quase a vencer”
(Representante e gestor da associação, 2018)*

Em relação ao projeto saúde e sorriso, questionado sobre a prestação de auxílio na realização de consultas e ajuda médica e medicamentosa, o gestor afirmou que é o projeto mais difícil de se realizar e que acaba acontecendo por ano aproximadamente duas vezes, no sentido de arranjam disponibilidade de médicos voluntários para a realização dos mesmos e parcerias com as farmácias no sentido de doações de medicamentos.

Essa ajuda médica e medicamentosa é dada por médicos que já trabalham e já estão reconhecidos na ordem dos médicos, trabalham nos hospitais aqui reconhecidos e clinicas, nós endereçamos sempre cartas, convocamos reuniões e apresentamos os projetos que nós queremos realizar, já identificando uma comunidade [...] E eles conosco visitam o sitio, a comunidade, e depois vêm como vão trabalhar[...] algo muito prático, eles realizam consultas gratuitas, depois disso nós conseguimos por meio das farmácias disponibilizar os medicamentos que esses médicos nos orientam[...] no fundo nós estamos aí como intermediários... (Representante e gestor, 2018)

O gestor segue dizendo que conforme a realização do projeto, a associação realiza poucas vezes pela própria disponibilidade dos médicos com os quais trabalham por não se caracterizarem como membros efetivos da associação e não

⁵ Esquebra: Uma gíria Angolana que significa Brinde no comércio

apresentarem disponibilidade, e também realça sobre a atuação de algumas farmácias que nem sempre disponibilizam medicamentos para doação.

Já houve casos em que os médicos realizaram as consultas, passaram a receita e na hora de adquirir os medicamentos não conseguimos, as farmácias doaram algumas vezes e nas outras vezes não aceitaram doar porque os medicamentos eram muito caros... (Representante e gestor 2018).

5.2 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA NA ASSOCIAÇÃO KAMBA SOLIDÁRIO

A associação possui um sistema de contribuição obrigatória dos membros efetivos e colaboradores (AKS, 2017) que funciona como caixa de fundo da associação, que recorre ao seu sistema de cotização (fonte de receita) para financiar grande parte das suas atividades, sendo que as outras ajudas são feitas por doadores, em termos materiais e logístico. As atividades relativas a doação de bens alimentares e meios de sustento bem como as formações em arte e ofícios acarretam muitos custos pelo fato de por um lado uma exigir o frete de transporte, uma vez que a associação não possui meios próprios e a outra exige a compra de materiais objeto da formação. Em regra, a associação gasta em média ano para realizar as suas atividades, um valor muito acima das receitas a arrecadar.

Em relação as fontes de financiamentos das atividades da AKS o ARTIGO 15º da legislação que aprova o regulamento das ONG´s em Angola diz que “As ONG´s são livres de adquirir qualquer financiamento para a prossecução dos seus programas desde que a fonte não seja uma pessoa singular ou coletiva , envolvida ou sob investigação, em Angola ou no exterior do país, pela prática de crimes ou ações subjacentes.”

“Todos os meses os membros da associação dão uma quota, equivalente a mil kwanzas⁶ e mantemos guardado, quando nós não conseguirmos apoio, nós recorremos a esse dinheiro que está guardado[...] há atividades que não requerem muitos custos, por exemplo, se nós já temos os donativos que arrecadamos , o Minars nos dá o transporte, a única coisa que nós vamos utilizar é a nossa força de trabalho[...]cada um dá aquilo que pode para reduzir os nossos custos”(Gestor e representante da AKS, 2018)

Fica claro em entrevista com o gestor da associação que o Minars atua apoiando os principais projetos da associação e também usando das suas

⁶ Moeda Angolana em que 1 kwanza equivale a 0,02 reais

competências como órgão do Estado para fazer o caminho entre governos de diferentes localidades para abrir espaço de atuação da associação.

Em relação aos financiamentos o gestor sublinha que o projeto que mais demanda de bens financeiros é o projeto EducArte em que muitas das vezes são obrigados a recorrer ao fundo de caixa da associação para se comprar os materiais didáticos para realização de atividades educacionais. Sobre esse mesmo projeto o gestor realça a parceria com alguns centros de formação e escolas para a efetivação e reconhecimento de aquisição de diplomas e certificados dos cursos que são ministrados, ele realça ainda que neste mesmo projeto a atuação se dá de forma igual ao projeto saúde e sorriso, em que quando não há um membro efetivo na associação que possa cumprir a responsabilidade de ministrar um curso, eles recorrem a voluntários capacitados por meio de solicitações por cartas e ou por reuniões de forma a conseguir auxílio para a realização destas atividades.

O Minars tem conhecimento da atuação de todos os projetos principalmente o projeto de Educar-te, porque o final do projeto de cada formação há a necessidade de se reconhecer a troca de conhecimentos por meio de diplomas o que faz associação se unir muitas vezes com o apoio do próprio Minars a instituições educacionais de reconhecimento e aceitação (Representante e gestor 2018).

Alguns projetos se não a maioria, dependem das disponibilidades dos sócios e dos voluntários da associação, ênfase para apoio do governo na realização de cada projeto, por petições de cartas e entrevistas com ministérios e órgãos estatais.

5.2.1 Principais resultados obtidos pela AKS

Entretanto, até Dezembro de 2017, a AKS totalizou 56 atividade realizadas nos seus diferentes projetos, sendo que tais atividades estão pautadas segundo artigo 12 da legislação conforme apresenta o quadro:

Quadro 1 - Domínio das atividades das ONG's

Artigo 12.º (Domínio da Atividade)
As ONG exercem as atividades para as quais foram constituídas, tendo em conta as iniciativas locais das comunidades beneficiárias e a política social e económica definida pelo executivo nos seguintes domínios
a) Assistência humanitária e social, saúde, nutrição, segurança alimentar e ambiental;
b) Proteção e promoção dos direitos humanos;
c) Ensino, educação, cultura, recreação, ciência e tecnologia;

d) Proteção e defesa do ambiente;
e) Solidariedade social e internacional;
f) Desminagem;
g) Promoção e desenvolvimento comunitário;
h) Recuperação e preservação do património histórico-cultural;
i) Divulgação da informação e sensibilização da opinião pública, com vista a promoção da paz e o bem-estar social;
j) Prestação de ajuda de emergência, actualização e divulgação da implementação de programas;
k) Assistência psicológica, sócio terapêutica e reinserção social dos grupos vulneráveis;
l) Formação e integração sócio profissional;
m) Outras atividades permitidas por lei

Fonte: Decreto presidencial n.74/15 de 23 de março,

- No domínio da doação de bens e meios de sustento, a qual estão agregados os projetos Kuelela e Natal Solidário, foram doadas aproximadamente 70 toneladas, uma média anual de 14 toneladas (4 atividades ano/3,5). Por outro lado, cerca de 1024 crianças afeto a 15 centros de acolhimento foram atendidos por estes projetos;

Figura 2 – Projeto Kuelela- Associação Kamba Solidário



Fonte: Associação Kamba solidário/ Página facebook(2018).

- No domínio da assistência com a distribuição de sopa as comunidades carenciadas e/ou sem abrigos, a qual está inserido o projeto alimentar, sopa solidária, foram beneficiadas 1350 pessoas com a distribuição de sopas/agasalhos, sendo que as pessoas são na sua maioria os sem-abrigos e outros que vivem em comunidades carenciadas;

Figura 2-Projeto Alimentar-Associação Kamba solidário



Fonte: Associação Kamba solidário/ Página facebook(2018)

- No domínio das visitas aos monumentos e sítio, no âmbito do projeto conhecer, foram beneficiadas com visitas 214 crianças de 8 centros de acolhimentos, sendo que a média de idade de participantes situação entre os 12 aos 17 e o nível escolar da 5 a 9 classe.
- No domínio da formação em artes e ofícios, foram implementadas ações de formação relacionadas a culinária, artesanato, corte e costura, teatro, informática beneficiando um total de 232 jovens/adolescentes pertencentes em 8 centros de acolhimentos;
- No domínio da assistência médica, ligado ao projeto saúde sorriso, foram implementadas duas Ações de palestras no âmbito da medicina preventiva contando com a participação de 84 adolescentes;
- No domínio da assistencial pontual aos deficientes físicos e doação de cestas básica a famílias, no que toca ao projeto relâmpago, foram doadas 5 cadeiras de rodas e distribuídas 508 cestas básicas a populações carenciadas.

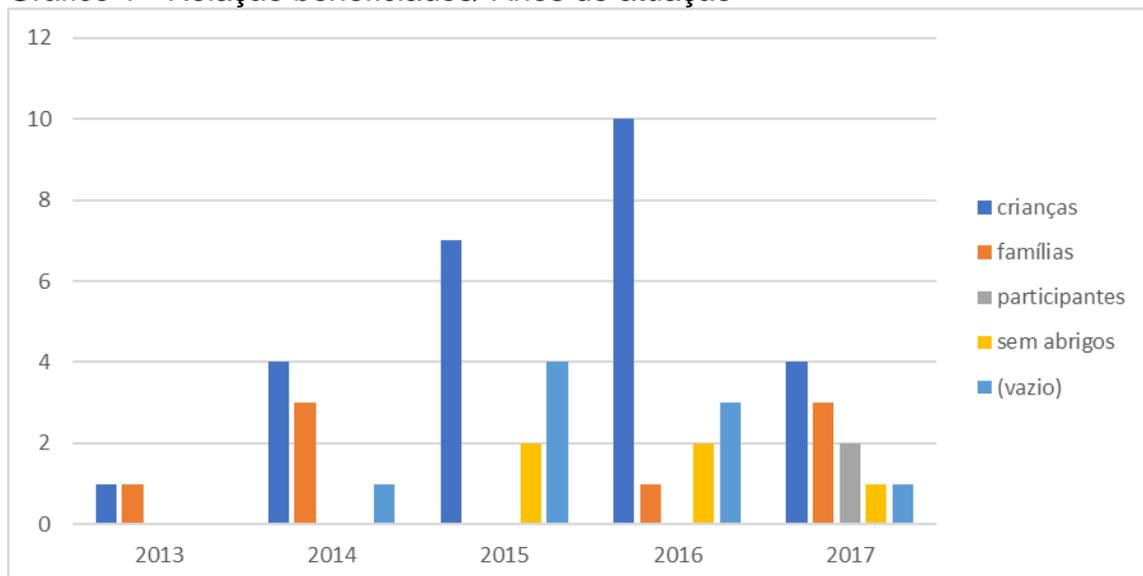
Figura 3 - Projeto Relâmpago



Fonte associação Kamba solidário/página facebook (2018).

Vale realçar que a AKS já realizou até o momento 4 atividades (Doação de cestas básica em Cacuaco a 50 famílias; Visita ao Museu de História Militar; Doação de Cestas básica na Cassaca e Bairro da Lixeira);

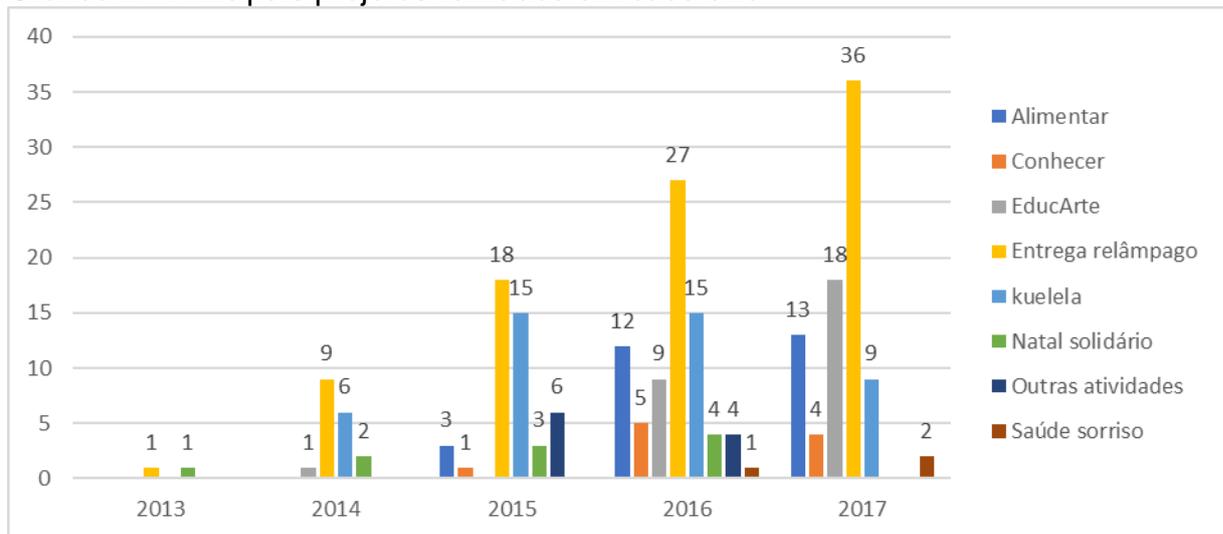
Gráfico 1 - Relação beneficiados/ Anos de atuação



Fonte: Elaboração própria /Relatório AKS (2017).

Este gráfico representa a relação dos beneficiados nos anos de atuação da associação Kamba Solidário, possível constatar que as crianças representam em todos os anos os maiores beneficiados das ações realizadas pela AKS, seguidamente das famílias e conforme apresenta no gráfico “vazio”, são projetos que atendem fora do público alvo estipulado pela associação, como por exemplo uma única pessoa em necessidades especiais.

Gráfico 2 - Principais projetos realizados em cada ano



Fonte: Elaboração própria /Relatório AKS (2017).

É possível ver pelo gráfico, que em relação aos principais projetos realizados pela associação Kamba solidário, o que se destaca em todos os anos é o projeto relâmpago. Ou seja a doação de cestas básicas alimentares para as famílias carentiadas bem como a assistência com cadeira de rodas as pessoas portadoras de deficiência se constituem como o projeto de maior sucesso da organização.

A associação Kamba solidário se propôs a realizar as suas atividades⁷ conforme mostram os dois gráficos apresentados, beneficiando assim o público alvo que desde o início se propuseram a atender.

Fica claro que a missão de filantropia é visível desde a fundação da associação até a realização dos seus projetos.

⁷ As atividades estão mais detalhadas nos anexos do trabalho.

6 CONCLUSÃO

A sociedade civil Angolana surgiu dentro dum contexto de lutas pela democracia e necessidade de combate ao colonialismo, e com ela se deu também o surgimento das primeiras ONG's. A organização estudada neste trabalho é associação Kamba Solidário, que é uma organização de Caráter não governamental que atua como mediadora de trabalhos filantrópicos, ela possui uma forma de atuação característica de muitas organizações não governamentais existentes em Angola, a sua forma de atuação e a sua posição diante da sociedade civil Angolana acaba denunciando os processos burocráticos impostos pelo Estado de Angola no sentido regulamentação com a legislação das Organizações não governamentais no país.

Foi pontuado neste trabalho, com análise dos principais projetos de atuação da associação Kamba solidário, que a sua atuação reduz significativamente algumas assimetrias sociais nas localidades e seus principais pontos de abrangência. Durante o estudo se verificou também que a atuação dessa organização é de conhecimento do Estado Angolano, porém percebeu-se que o processo burocrático existente no que concerne a cadastramentos desse tipo de instituições dificulta o seu diálogo com o próprio estado. Além da sua forma de atuação para a viabilização dos seus projetos e manutenção das suas principais atividades, ela atua com o controle de todas as suas atividades, e no sentido da transparência das suas informações, os gestores da associação fazem a gestão da organização com princípios básicos de administração desse tipo de organizações.

Das maiores dificuldades que se pontuou no trabalho foi a inexistência de dados que facilitassem uma análise comparativa dos anos de atuação da ONG e a redução dos principais índices sócias em Angola, por meio disto foi necessário a mudança da abordagem da pesquisa de quantitativa para qualitativa, passando assim a ser verificada a experiência da atuação da associação e usando como bases de dados, os relatórios de controle interno das atividades da associação, e uma entrevista realizada com o representante e atual gestor da mesma, para a recolha dos principais resultados. Durante o trabalho também se pautou como uma dificuldade de continuação de estudo a retirada do ar, do site do ministério da Assistência e Reinserção Social de Angola, fonte principal de dados e relatórios sobre a atuação das Organizações sociais em Angola.

Sugere-se para próximos trabalhos, temas que analisem mais profundamente a atuação de organizações não governamentais em Angola, bem como a captação de recursos destas instituições e dificuldades em processos de cadastramento das organizações, mediante órgãos do Estado.

REFERÊNCIAS

AGNOL, Camila Fortuna Dall et al. Transparência e Prestação de Contas na Mobilização de Recursos no Terceiro Setor: um estudo de casos múltiplos realizado no sul do Brasil. **Revista Universo Contábil**, v. 13, n. 2, p. 187, 2017.

ANGOLA. Decreto nº 74, de 23 de Março de 2015. **Regulamento das Organizações Não Governamentais**. Diário Oficial, Luanda, R.A, 23 Março. 2015.

ASSIS, Joaquim. Práticas sociais e políticas das ONGs em Angola. metodologias e relações de poder. o caso da ADRA e da visão mundial. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, v. 1, n. 1, 2016.

Associação Kamba solidário página oficial Disponível em https://www.facebook.com/pg/kambasolidario/about/?ref=page_internal Acesso em 19 Nov. 2017

BITTENCOURT, Marcelo. A história contemporânea de Angola: seus achados e suas armadilhas. **Construindo o Passado Angolano: as fontes e a sua interpretação. Actas do II Seminário Internacional sobre a História de Angola (4 a 9 de agosto de 1997)**, p. 161-185, 2000.

BERNER, Cecília Chilimbo André et al. **Práticas de gestão em organizações do terceiro setor: um estudo aplicado a Angola**. 2016. Dissertação de Mestrado.

CHIZZOTTI, António. **Pesquisa em Ciências humanas sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1998

DE LIMA, Diego Gomes. Práticas de Gestão de Recursos em Organizações Não Governamentais (ONGs) como mecanismo de apoio de sua atuação. **Métodos e Pesquisa em Administração**, v. 2, n. 2, 2017.

DE OLIVEIRA, Sílvia. Olhar a pobreza em Angola: causas, consequências e estratégias para a sua erradicação. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 48, n. 1, 2012.

FALCONER, Andrés Pablo; LUCAS, Alexandre; SALAMON, Lester. A emergência do terceiro setor—uma revolução associativa global. **Revista de administração**, v. 33, n. 1, p. 5-11, 1998.

FALCONER, Andres Pablo (1999). **A promessa do terceiro setor Um Estudo sobre a Construção do Papel das Organizações Sem Fins Lucrativos e do seu Campo de Gestão**. Centro de Estudos em Administração do Terceiro Setor. Universidade de São Paulo.

FALCONER, Andrés Pablo. **A promessa do terceiro setor**: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de atuação. 1999. 153 f. dissertação (mestrado). USP, São Paulo, 1999.

FERNANDES, Rubem César. O que é o terceiro setor?. **Revista do legislativo, Belo Horizonte**, n. 18, p. 26-30, abr./jun. 1997, 1997.

FERREIRA, Marcelo Marchine; FERREIRA, Cristina Hillen Marchine. Terceiro setor: um conceito em construção, uma realidade em movimento. **Anais da Semana do Contador de Maringá [Internet]**, 2006.

FONTOURA, Maria Paula; VALÉRIO, N. A evolução económica de Angola durante o segundo período colonial—uma tentativa de síntese. **Análise social**, v. 29, n. 192, p. 16, 1994.

FRANÇA, José Antônio de et al. Manual de procedimentos para o terceiro setor: aspectos de gestão e de contabilidade para entidades de interesse social. **Brasília: CFC: FBC: Profis**, 2015

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____ **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HENRIQUES, Lucinda Sobral; LEANDRO, Manuela. **Introdução à Economia**. Luanda: Porto Editora, 2012.

INE. **Anuário Estatístico da Assistência e Reinserção social 2017**. Disponível em:
http://www.ine.gov.ao/xportal/xmain?xpid=ine&xpgid=publications_detail&publicati on_s_detail_qry=BOUI=47127288&xlang=undefined Acesso em 02 Mai. 2018

_____ **Inquérito de Indicadores Múltiplos de saúde (IIMS) 2015-2016**. Disponível em:
http://www.ine.gov.ao/xportal/xmain?xpid=ine&xpgid=publications_detail&publicati on_s_detail_qry=BOUI=44876911&xlang=undefined Acesso em 02 Mai. 2018

_____ **Recenseamento geral da população 2014**. Disponível em:
<http://censo.ine.gov.ao/xportal/xmain?xpid=censo2014>

IPEA. **Índice de Gini**. Disponível em:
http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28 &Itemid=23%3 Acesso em 11 Abr. 2018

JENSEN, Søren Kirk; PESTANA, Nelson. O papel das igrejas na redução da pobreza em Angola. **CMI Report**, v. 2010, n. 1, 2010. Disponível em
<https://www.cmi.no/publications/file/3631-o-papel-das-igrejas-na-reducao-da-pobrezaem-angola.pdf> Acesso em 02 Mai. 2018

KEBANGUILAKO, Dinis. **A educação em Angola: sistema educativo, políticas públicas e os processos de hegemonização e homogeneização política na primeira república (1975-1992)**. 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MONTAÑO, Carlos. Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

OMS. **Indicadores da Malária**. 2012. Disponível em: <<http://www.who.int/eportuguese/countries/ago/pt/>>. Acesso em: 08 maio 2018.

PAULA E SILVA, Antonio Luiz de. **Governança institucional: um estudo do papel e da operação dos conselhos das organizações da sociedade civil no contexto brasileiro**. 2001. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. doi:10.11606/D.12.2001.tde-23102001-165344. Acesso em: 2017-10-24.

PESSALI, Huáscar; DALTO, Fabiano. A mesoeconomia do desenvolvimento econômico: o papel das instituições. **Nova economia**, v. 20, n. 1, p. 11-37, 2010.

PESTANA, Nelson et al. As dinâmicas da sociedade civil em Angola. **Occasional Papers Series**, p. 1-41, 2003.

PNUD. **Relatório sobre o Desenvolvimento Humano 2016**. 2016. Disponível em: <http://www.ao.undp.org/content/dam/angola/docs/documents/Discurso do RCO_Apresentação do HDR2016.pdf>. Acesso em: 08 maio 2018.

QUITOMBE, Cecília José et al. **Parcerias entre Estado e Terceiro Setor em Angola: a Organização Não Governamental-ADRA-um estudo de caso**. 2015.

RICHARSON, Roberto J. **Pesquisa social: Métodos e Técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas. 1999.

SALAMON, L.A emergência do Terceiro Setor – uma revolução associativa global. *Revista de Administração*, v. 33, n. 1, p. 5-11, 1998.

SAÚDE, Inquérito de Indicadores Múltiplos e de. **Relatório Final**. 2016. Disponível em: <https://dhsprogram.com/pubs/pdf/FR327/FR327.pdf> 09Jun2017 (with cover) (1).pdf>. Acesso em: 08 maio 2018.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**, S. Paulo: Cia. das Letras, 2000

ZAU, Filipe. **Angola: trilhos para o desenvolvimento**. Universidade Aberta, 2002.

ANEXO(S)

ANEXO A – PRINCIPAIS RESULTADOS DA ASSOCIAÇÃO KAMBA SOLIDÁRIO

N	Carteiras de projetos	Natal solidário	Relâmpago	Kuelela	EducArte	Alimentar	Conhecer	Outras atividades	Saúde e sorriso	Total projetos	Atividades	Datas	anos	Centros beneficiados	Número de beneficiados	Tipo de beneficiados	Local
1	Natal solidário	1								1	Confraternização e Doação de Bens Alimentares	22/12/2013	2013	Centro de Acolhimento de Crianças Arnaldo Jansen - CACAJ	130	crianças	Luanda
2	Entrega relâmpago		1							1	Doação de Cestas Básica	22/12/2013	2013	Lar 3ª Idade Beiral	20	famílias	Luanda
3	kuelela			1						1	Grandes Entregas	30/03/2014	2014	Centro de Saúde de Hidrocefalia Espinha Bífida	20	famílias	Luanda
4	Entrega relâmpago		2							2	Doação de Cestas Básica	03/08/2014	2014	Lar 3ª Idade Beiral	20	famílias	Luanda
5	kuelela			2						2	Grandes Entregas - Doação de Bens Alimentares e Outros	03/08/2014	2014	Centro de Apoio a Crianças Necessitadas Santa Madalena	33	crianças	Luanda
6	kuelela			3						3	Grandes Entregas - Doação de Bens Alimentares e Outros	28/09/2014	2014	Orfanato Mãe Grande - Pequena Semente	118	crianças	Luanda
7	Entrega relâmpago		3							3	Doação de Cestas Básica	12/10/2014	2014	Menina Alice	*		Luanda
8	Entrega relâmpago		4							4	Doação de Cestas Básica	02/11/2014	2014	Hospital Pediátrico David Bernardino	15	famílias	Luanda
9	EducArte				1					1	Formação: Informática, Criação de Loja Online	01/12/2014	2014	CACAJ	30	crianças	Luanda

10	Natal solidário	2							2	Confraternização e Doação de Bens Alimentares	21/12/2014	2014	Lar Bakhita	40	crianças	Luanda
11	Entrega relâmpago		5						5	Doação de Cadeira de Rodas e Cestas Básica	11/01/2015	2015	Jovem Lino	*		Luanda
12	Entrega relâmpago		6						6	Doação de Cestas Básica	24/01/2015	2015	CACAJ	130	crianças	Luanda
13	kuelela			4					4	Grandes Entregas - Doação de Bens Alimentares e Outros	05/04/2015	2015	Casa Magone	19	crianças	Luanda
14	Alimentar					1			1	Distribuição de Sopa e Agasalhos aos Sem-Abrigos	10/05/2015	2015	Largo Nzinga Mbandi	50	sem abrigos	Luanda
15	kuelela			5					5	Grandes Entregas - Doação de Bens Alimentares e Outros	12/07/2015	2015	Centro de Acolhimento El Betel	60	crianças	Luanda
16	kuelela			6					6	Grandes Entregas - Doação de Bens Alimentares e Outros	12/07/2015	2015	Centro de Acolhimento Lar de Nazaré	15	crianças	Luanda
17	Entrega relâmpago		7						7	Doação de Cadeira de Rodas e Cesta Básica	02/08/2015	2015	Menina Isabel	*		Luanda
18	Conhecer					1			1	Visita ao MAAN - Memorial António Agostinho Neto	11/09/2015	2015	Lar Bakhita	40	crianças	Luanda
19	Alimentar					2			2	Distribuição de Sopa e Agasalhos aos Sem-Abrigos	11/10/2015	2015	Largo Nzinga Mbandi e outras arterias	100	sem abrigos	Luanda

20	Natal solidário	3						3	Confraternização e Doação de Bens Alimentares	05/12/2015	2015	Centro Frei Giorgio Zulianello, Bº 11 de Novembro	75	crianças	Zaire
21	Outras atividades						1	1	Workshop Movicel Talks	24/07/2015	2015	Filda	*		Luanda
22	Outras atividades						2	2	Doação de Brinquedos	26/12/2015	2015	Centro Santa Madalena	33	crianças	Luanda
23	Outras atividades						3	3	Show Solidário	13/12/2015	2015	Paróquia de Cristo Rei	*		Luanda
24	EducArte							2	Formação: Capacitação de Membros e Convidados	09/01/2016	2016	CACAJ	30	crianças	Luanda
25	Entrega relâmpago	8		2				8	Doação de Cesta Básica	24/01/2016	2016	Dona Maria	*		Luanda
26	Entrega relâmpago	9						9	Doação de Cadeira de Rodas	24/01/2016	2016	Senhor Nicolau	*		Luanda
27	Outras atividades						4	4	Doação de Brinquedos	29/12/2016	2016	Centro Santa Isabel	43	crianças	Luanda
28	Conhecer					2		2	Visita ao Marco Histórico 4 de Fevereiro/Museu das FAA	07/02/2016	2016	Centro El Bétel	34	crianças	Luanda
29	Alimentar				3			3	Distribuição de Sopa e Agasalhos aos Sem-Abrigos	21/02/2016	2016	Largo Nzinga Mbandi e outras arterias	107	sem abrigos	Luanda
30	kuelela			7				7	Grandes Entregas - Doação de Bens Alimentares e Outros	03/04/2016	2016	Casa do Gaiato	116	crianças	Benguela
31	EducArte				3			3	Formação: Artes e Ofícios (Culinária, Corte e Costura, Artesanato e	23/04/2016	2016	Lar Bakhita	33	crianças	Luanda

